

**FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO**

**PATRICK SANTOS CARDOZO DE ALMEIDA**

**UMA ABORDAGEM CRISTOLÓGICA: UM ESTUDO SOBRE  
CRISTOLOGIA: O ENTENDIMENTO TEOLÓGICO A RESPEITO DAS DUAS  
NATUREZAS DE CRISTO NA PATRÍSTICA**

**São Paulo  
2021**

**PATRICK SANTOS CARDOZO DE ALMEIDA**

**UMA ABORDAGEM CRISTOLÓGICA: UM ESTUDO SOBRE  
CRISTOLOGIA: O ENTENDIMENTO TEOLÓGICO A RESPEITO DAS DUAS  
NATUREZAS DE CRISTO NA PATRÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à FAESP –  
Faculdade Evangélica de São Paulo com a finalidade obter o grau de  
Bacharelado em Teologia, sob a orientação do Prof. Sérgio Moreira dos  
Santos

**São Paulo  
2021**

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.**

Dados internacionais de Catalogação na Publicação

Faculdade Evangélica de São Paulo

Biblioteca Pastor José Wellington Bezerra da Costa

---

A45a Almeida, Patrick Santos Cardozo de.

UMA abordagem cristológica: um estudo sobre cristologia - o entendimento teológico a respeito das duas naturezas de cristo na patrística / Patrick Santos Cardozo de Almeida. – 2021.

34 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Faculdade Evangélica de São Paulo - FAESP, Unidade Belenzinho, São Paulo, 2021.

Orientação: Prof. Esp. Sérgio Moreira.

1. Embates Teológicos. 2. Naturezas de Cristo. 3. Patrística. I. Título.

---

CDD 530

Bibliotecário Responsável: Rafael Gomes Santos CRB 8/9451

**PATRICK SANTOS CARDOZO DE ALMEIDA**

**Avaliação:** \_\_\_\_\_

**UMA ABORDAGEM CRISTOLÓGICA: UM ESTUDO SOBRE  
CRISTOLOGIA: O ENTENDIMENTO TEOLÓGICO A RESPEITO DAS DUAS  
NATUREZAS DE CRISTO NA PATRÍSTICA**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado à FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo com a finalidade obter o grau de Bacharelado em Teologia, aprovado pelos seguintes professores:

---

Pref.º Sergio Moreira dos Santos

FAESP

Orientador

**São Paulo, 26 de junho de 2021**

## **DEDICATÓRIA**

Agradeço a Deus por ter me acompanhado nesta jornada e a todas as pessoas que fizeram parte dessa etapa decisiva em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A realização e concretização desta pesquisa foi indispensável a contribuição direta e indireta de muitas pessoas. Essas ações resultaram em crescimento intelectual e pessoal. A essas pessoas tão singulares, faço aqui meus sinceros agradecimentos.

Em especial, agradeço ao **Prof. Sérgio Moreira dos Santos**, pelas orientações iniciais, pelas bibliografias recomendadas, pela coordenação efetiva, e pela revisão teórica final. Ao **Prof. Ernesto G. Iasulaitis**, que tem a minha admiração e gratidão pela paciência, atenção, compreensão e tempo dispensados desde o projeto.

A **Prof. Madalena de Oliveira Molochenco**, pelos apontamentos sugeridos. Ao **Prof. Valdeci Odilon**, pelas disciplinas cursadas, pela atenção, gentileza e disponibilidade que sempre demonstrou quando o procurava.

Ao **Prof. Ivan Ferreira Guariroba**, pela motivação e incentivo no início do curso. Ao **Prof. José Bispo**, pelas orientações e aprendizados. Ao **Prof. Erivan Araújo**, que foi um canal teológico muito importante na escolha do tema.

A **Prof. Danjone Regina Meira**, na disciplina, introdução à cosmovisão cristã, suas observações em muito ajudaram. Ao **Prof. Carlos Augusto Valillati**, pelo respeito, disponibilidade e carinho.

Sou grato aos meus colegas, Anderson Ribeiro, Sandra Regina, Ricardo Rito, Jefferson Candido pela alegria na troca de informações materiais numa rara demonstração de amizade e solidariedade.

Aos irmãos Fernando França, Enoque Reuel e Renata Moratto que infelizmente não concluíram o curso por motivos pessoais, mas quero mencioná-los aqui.

Sou grato a FAESP, seu corpo docente, direção e administração. Um espaço que privilegia o conhecimento e onde todas as ideias são bem recebidas. O ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado minha meta.

Esta fase da minha vida é muito especial e não posso deixar de agradecer a Deus por toda força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado minha meta.

ALMEIDA, Patrick Santos Cardozo de. **Uma abordagem cristológica**: um estudo sobre cristologia: o entendimento teológico a respeito das duas naturezas de Cristo na patrística. São Paulo, 2021. 34 f. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Teologia) – FAESP – Faculdade Evangélica de São Paulo.

## RESUMO

Esta pesquisa pretende abordar as implicações cristológicas (doutrina de Cristo) envolvendo a pessoa de Cristo, nos primeiros séculos do cristianismo. Os embates de Atanásio, o Doutor da Igreja Católica e Ário, um presbítero de Alexandria. De acordo com o pensamento ariano, Jesus e Deus não seriam a mesma pessoa. Se tal assunto não for tratado cuidadosamente, e filosoficamente, podemos cair no erro das heresias. Visto que podemos cair no erro de dizer que Cristo tem apenas uma única natureza, tendo em vista que cada natureza admite apenas uma pessoa, mas Cristo possui, na verdade, duas naturezas (a divina e a humana). Este mesmo conceito, quando, de certo modo, aplicado a pessoa de Cristo leva-nos a refletir mais detalhadamente sobre tal definição de pessoa, pois em Cristo há duas naturezas. Historicamente em torno do debate, seguido de uma apresentação dos fundamentos confessional, bíblico e teológico da doutrina, a fim de demonstrar a sua veracidade. O trabalho objetiva apresentar as principais características da cristologia patrística, cuja serão vistas em maior detalhe, debates, concílios e um esclarecimento sobre as duas naturezas de Jesus no decorrer desta monografia.

**Palavras-chave:** Embates Teológicos. Naturezas de Cristo. Patrística.

ALMEIDA, Patrick Santos Cardozo de. **A christological approach a study on christology**: the theological understanding of the two natures of Christ in patristics. São Paulo, 2021. 34 f. Final Project - Course Conclusion Paper (Bachelor in Theology) - FAESP - Faculdade Evangélica de São Paulo.

## ABSTRACT

This research intends to approach the Christological implications (doctrine of Christ) involving the person of Christ in the first centuries of Christianity. The clash between Athanasius, the Doctor of the Catholic Church, and Arius, a presbyter of Alexandria. According to Aryan beliefs, Jesus and God are not the same people. If this matter is not handled carefully and philosophically, we can fall into the error of heresy. Since we can make the mistake of saying that Christ has only one nature, since each nature admits only one person, but Christ has two natures (the divine and the human). This same concept, when applied to the person of Christ, leads us to ponder more deeply on such a definition of a person, because Christ has two natures. Historically, the debate was followed by a presentation of the confessional, biblical and theological foundations of the doctrine, to demonstrate its veracity. The work aims to present the main characteristics of patristic Christology, which will be seen in greater detail, debates, councils, and a clarification of the two natures of Jesus throughout this monograph.

**Keywords:** Theological Clashes. Nature of Christ. Patristic.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL</b> .....	<b>12</b>
2.1 CRISTOLOGIA – DOCTRINA DE CRISTO .....	12
2.2 AS DUAS NATUREZAS DE JESUS CRISTO – DIVINA E HUMANA.....	14
2.3. A UNIPERSONALIDADE DE JESUS CRISTO .....	17
2.4. AS OBRAS DE JESUS CRISTO – ENSINO E MILAGRES .....	18
<b>3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	<b>21</b>
3.1 OS PAIS DA IGREJA E A PESSOA DE CRISTO .....	21
3.2 EMBATES TEOLÓGICOS SOBRE A PESSOA DE CRISTO: ATANÁSIO E ÁRIO .....	22
3.3 ANÁLISE DOS CREDOS E A PESSOA DE CRISTO .....	25
3.4. ANÁLISE DOS CONCÍLIOS E A PESSOA DE CRISTO .....	26
<b>4 DESENVOLVIMENTO E RESULTADO DA ANÁLISE</b> .....	<b>29</b>
4.1 AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO: ANÁLISE DE FORTALECIMENTO OU FRAQUECIMENTO DOCTRINÁRIO NA PATRÍSTICA .....	29
4.2 ORTODOXIA CRISTOLÓGICA: OS MALEFÍCIOS DO Gnosticismo E DO DOCETISMO.....	30
4.3 UNIÃO ENTRE ESTADO E IGREJA: O CASAMENTO ENFRAQUECEU OS ALICERCES DOCTRINÁRIOS QUE INCLUI A DOCTRINA DE CRISTO? .....	32
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa tem como objeto de análise as discussões sobre duas naturezas de Jesus Cristo na patrística. O interesse se deu pela leitura do livro: “A Pessoa de Cristo: as duas naturezas do Redentor”, de Heber Carlos de Campos (2014). Em um viés teológico, na época da patrística, um pensamento ariano foi considerado heresia pela Igreja da época.

A abordagem é válida para aplicação atual, em função de algumas estruturas religiosas utilizarem fundamentos do arianismo, como as “Testemunhas de Jeová”.

Há nas Sagradas Escrituras passagens de suma importância para o cristianismo em geral e para os arianismos em especial. O presente trabalho presta-se a uma sugestão interpretativa acerca das duas naturezas de Jesus Cristo a partir de João 1.1 em conexão com os demais textos e contextos do Primeiro Testamento e Segundo Testamento.

A pesquisa foi realizada mediante levantamento bibliográfico do assunto em questão, levando em conta todas as seções literárias. O tema arrolado nesta pesquisa, a despeito de possuir um enfoque peculiar no Primeiro e Segundo Testamentos.

A fundamentação teórica da pesquisa centraliza-se nos seguintes autores: BERKHOF, Louis; CARLOS, Heber; GRUDEM, Wayne; HORTON, Stanley; WARE, Bruce; e os demais que foram citados nas referências bibliográficas corroboram em elucidar a problemática nos questionamentos apresentados no desenvolvimento deste trabalho. O livro teórico principal é a teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal de HORTON, que aborda os princípios sobre a pessoa de Cristo.

O primeiro capítulo apresenta as heresias cristológicas dos primeiros séculos, cujo travaram lutas incansáveis com o objetivo de definir os dogmas trinitários e cristológico.

O segundo capítulo apresentará a construção histórica da cristologia considerando seu surgimento e propagação e principais teses. Tratava-se dos mistérios de nossa fé: não podiam surpreender a ninguém a meticulosidade e perseverança dos conflitos teológicos. Muitas eram as dificuldades.

O terceiro capítulo tratará do fortalecimento e enfraquecimento sobre as duas naturezas de Jesus na patrística e conflitos teológicos. A luta em torno da pessoa e da obra de Cristo revestiu-se de formas muito variadas no decorrer dos séculos.

O texto pretende ser consistente e abrangente no que tange ao assunto abordado, bem com uma reafirmação à concepção concernente aos danos causados pela má interpretação dos fatos analisados.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

### 2.1 CRISTOLOGIA – DOCTRINA DE CRISTO

A presente pesquisa tratará das naturezas humana e divina de Cristo. Ele andou entre nós, apresentou todas as características do ser humano, exceto o pecado, e manifestou sua glória como Deus. O ensino da humanidade de Cristo, no entanto, não neutraliza a sua divindade, pois Ele possui duas naturezas, a humana e a divina, o que está claramente expresso no seu nome Emanuel. Jesus foi revestido do corpo humano porque o pecado entrou por um homem, e pela justiça de Deus tinha de ser vencido por um homem.

A Bíblia ensina e afirma de maneira explícita que Jesus é Deus igual ao Pai, portanto, da mesma essência ou substância. Convém ressaltar que Jesus não é metade Deus e metade homem, nada foi mudado na encarnação, portanto ele é o perfeito homem Soares (2008, p. 45-51) destaca que “Jesus Cristo homem”, e o perfeito Deus, em toda a plenitude “porque nele habita corporalmente toda a plenitude da divindade”.

Segundo Grudem (1999, p.436), a importância doutrinária do nascimento virginal de Jesus é vista em pelo menos três áreas:

1. Mostra que a salvação em última análise deve vir do Senhor. Exatamente como Deus havia prometido que a “semente” da mulher (Gn. 3.15) acabaria por destruir a serpente, Deus torna isso em realidade pelo seu poder, não por meros esforços humanos. O nascimento virginal de Cristo é um lembrete inequívoco de que a salvação jamais pode vir por meio do esforço humano, mas deve ser obra do próprio Deus.
2. O nascimento virginal possibilitou a união da plena divindade e da plena humanidade em uma só pessoa. Esse foi o meio empregado por Deus para enviar seu Filho ao mundo como homem. Em outros meios possíveis pelos quais Cristo poderia ter vindo ao mundo, nenhum deles uniria com tamanha clareza e humanidade e a divindade em uma só pessoa. Entretanto, é provável que Deus pudesse criar Jesus no céu como um ser completamente humano e enviá-lo para que descesse do céu à terra sem o benefício de nenhum genitor humano. Mas nesse caso ser-nos-ia muito difícil ver como Jesus poderia ser completamente humano como somos, e ele não faria parte da raça humana que descende fisicamente de Adão. No tocante, para Deus fazer Jesus entrar no mundo por meio de dois genitores humanos, pai e mãe, e com sua plena natureza divina miraculosamente unida à sua natureza humana em algum momento no início de sua vida. Contudo, ser-nos-ia difícil compreender como Jesus seria plenamente Deus, uma vez que sua origem seria como a nossa em todos os sentidos. Quando pensamos nessas duas possibilidades, isso nos ajuda a compreender como Deus, em sua sabedoria, ordenou uma combinação de influência humana e divina no nascimento de Cristo, de modo que sua plena humanidade nos seria evidente pelo seu nascimento humano comum por meio de uma mulher, em sua plena divindade seria evidente por sua concepção no ventre de Maria pela obra poderosa do Espírito Santo.

3. O nascimento virginal também torna possível a verdadeira humanidade de Cristo sem a herança do pecado. O fato de Jesus não ter tido um pai humano significa que a linha de descendência de Adão é parcialmente interrompida. E isso ajuda a compreender por que a culpa legal e a corrupção moral que pertencem a todos os seres humanos não pertencem a Cristo.

Soares diz que:

Durante as controvérsias cristológicas, houve nos primeiros séculos da história do cristianismo muitas heresias que negavam ter Jesus Cristo vindo em carne. Apolinário ensinava que Jesus era só Deus e que nada havia nele de humano. Da mesma forma, os gnósticos, pois ensinavam que Jesus não teve um corpo, humano, mas um corpo docético, isto é, um corpo como um fantasma. Tanto os apolinarianistas como os gnósticos estavam sobremaneira errados (SOARES, 2008, p.45-51).

A decisão da questão teológica sobre a relação do Filho com o Pai em Nicéia suscitou novos problemas em torno da relação entre as naturezas humana e divina de Cristo. Antes de a doutrina ortodoxa do relacionamento das duas naturezas ter sido formulada, muitas cenas de furor e violência tiveram lugar. Em geral, os teólogos ligados a Alexandria salientaram a divindade de Cristo, enquanto os relacionados a Antioquia, destacaram a sua humanidade, às expensas de sua divindade.

Partindo, então, uma interpretação das duas naturezas de Cristo que, de certo modo, recusa a verdadeira humanidade de Cristo, cujo foi elaborada por Apolinário (c. 310-c. 390), ex-professor de retórica e bispo de Laodicéia.

Apolinário formulou sua doutrina sobre as naturezas de Cristo aos 60 anos de idade. Até essa época, fora um bom amigo de Atanásio e um dos paladinos da ortodoxia. A fim de evitar a indevida separação das naturezas humana e divina de Cristo, Apolinário propôs que Cristo tinha um corpo e uma alma, na pessoa de Cristo. Ele deixava a divindade de Cristo, mas minimizava sua verdadeira humanidade. Sua doutrina foi oficialmente condenada no Concílio ecumênico de Constantinopla em 381.

No âmbito cristológico, as ideias de Apolinário estavam as de Nestório (c. 381-c. 452), um monge erudito que se tornou patriarca de Constantinopla em 428. Nestório rejeitava o uso do termo *theotokos* (mãe de Deus) aplicado à virgem Maria porque isso parecia exaltá-la indevidamente; Para chegar a isso, ele fez de Cristo um homem em quem, a exemplo de gêmeos siameses, as naturezas divina e humana estavam combinadas numa união mais mecânica do que orgânica. Cristo era, então, apenas um homem perfeito moralmente associado à divindade. Ele era mais portador de Deus do que Deus-homem.

Deve-se ressaltar que, os líderes da igreja reuniram-se em Éfeso em 431 e condenaram essa doutrina, mas os seguidores de Nestório continuaram seu trabalho na seção oriental do Império e levaram o evangelho, como o concebiam, à Pérsia, Índia e China em 635 por Alopen. O Nestorianismo foi destruído na China pelo final do século IX.

Como resultante dos debates teológicos, a doutrina como essa de Nestório, enfatizou-se mais a natureza divina de Cristo a ponto de se negligenciar a sua natureza humana. Êutico (c. 378-c. 455), monge em Constantinopla, ensinava que após a Encarnação as naturezas de Cristo, a humana e a divina, se fundiram numa só, a divina; Sem dúvida, essa doutrina, conhecida como Eutiquianismo, acabava na negação da verdadeira humanidade de Cristo. Foi condenada numa longa carta, conhecida como o “Tomo”, escrita por Leão I, o bispo de Roma de 440 a 461, e pelo Concílio de Calcedônia reunido em 451.

O concílio estabeleceu que Cristo era “completo em sua divindade e completo em sua humanidade, verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem”, tendo “duas naturezas, sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação”.

Na encarnação, essas duas naturezas reuniram-se harmoniosamente numa Pessoa com uma só essência. Essa formulação tem sido a interpretação dos ortodoxos sobre essa questão desde a época desse Concílio.

Diante disso, as ideias de Êutico foram retomadas na controvérsia monofisista que perturbou a paz do Império oriental até meados séculos VI. Ainda existem mais de 15 milhões de monofisistas nas igrejas coptas do Egito, Líbano, Turquia e Rússia.

Devido ao problema da relação entre as naturezas humana e divina de Cristo seguiu-se a discussão sobre ao relacionamento entre as vontades de Cristo. A questão foi finalmente resolvida no Concílio de Constantinopla (680-681) com a declaração de que as duas vontades de Cristo existem nele numa unidade harmônica em que a vontade humana se sujeita à divina (CAIRNS, 2014, p.116-117).

## 2.2 AS DUAS NATUREZAS DE JESUS CRISTO – DIVINA E HUMANA

De acordo com Campos (2014, p.101-102), Jesus Cristo é o Verbo divino que se fez carne. Ele não é metade Deus e metade homem. Ele é plenamente Deus e plenamente

homem. Na encarnação não houve nenhum acréscimo à sua natureza divina, mas o Verbo adquiriu uma natureza humana que não possuía antes da encarnação. Ele não é meramente um homem que possui certas qualidades divinas dentro de si, nem o Deus que possui algumas qualidades humanas, mas ele é perfeitamente Deus e perfeitamente homem, possuindo ambas as naturezas, a divina e a humana.

Que Cristo tem duas naturezas não é difícil de provar nas Escrituras, embora seja impossível mostrar o *modus operandi* de Deus para que houvesse a encarnação do Filho. Esta obra divina é um mistério incompreensível e dela não podemos falar com absoluta propriedade, pois muitas coisas dessas duas naturezas unidas, ainda que inatas, estão escondidas de nós; Paulo trata das duas naturezas do Redentor, embora sem usar a palavra natureza, porque este é um termo teológico com referência a Cristo, em dois textos de sua carta aos Romanos;

Paulo trabalha com o primeiro texto em Romanos<sup>1</sup> capítulo 1, versículos 3 e 4:

E que diz respeito a seu Filho, nascido da estirpe de Davi segundo a carne, estabelecido Filho de Deus com poder por sua ressurreição dos mortos segundo o Espírito de santidade, Jesus Cristo nosso Senhor” (Rm 1.3:4) - (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002.<sup>1</sup>)

O texto grego de Romanos 1.3,4 aponta que Cristo, segundo a sua divindade, **foi designado Filho de Deus segundo o Espírito de santidade**, e conforme a sua humanidade era **segundo a carne**. Neste texto, a palavra grega que é traduzida como um ser humano. A primeira diz respeito à natureza divina e a segunda à natureza humana. É importante que se note que, quanto à sua humanidade, Jesus Cristo veio da semente da virgem, pois ele, **segundo a carne, veio da descendência de Davi** o texto ainda se refere à sua natureza divina, pois diz: **foi designado Filho de Deus... pela ressurreição dos mortos**. (grifo do autor). É importante que o texto tenha dito que ele foi designado, ou chamado, não feito o Filho de Deus quando se deu a sua ressurreição. Foi uma espécie de declaração solene de sua divindade ontológica (como no Salmo 2.7). Em suma, ele é Filho de Davi, segundo a sua humanidade, e Filho de Deus, segundo a sua divindade.

---

<sup>1</sup> todas as citações bíblicas deste trabalho foram extraídas da seguinte obra:

BÍBLIA. Português. 2002. Bíblia de Jerusalém. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova ed. rev. ampl. 10. reimp. São Paulo: Paulus, 2002. 2212 p. ISBN 978-85-349-1977-7

Para Ware (2013, p. 21-24), o Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Trindade, não teve começo e não terá fim, mas o Filho encarnado – o filho de Davi, o filho de Maria, o Messias – teve um começo no tempo e no espaço. Este Filho, Jesus Cristo, foi trazido à existência por meio do poder do Espírito Santo, quando a natureza divina do Filho eterno foi unida miraculosamente com a natureza humana criada, no ventre de Maria.

A concepção de Jesus na virgem Maria foi singular na história da humanidade. O Espírito Santo realizou a concepção no interior de Maria sem o envolvimento de qualquer pai humano, porém, ainda mais notável, foi a união das naturezas divina e humana em Jesus, de tal modo que o ente gerado seria o filho de Maria (Lc. 1.31) e o filho de “Davi, seu pai” (v. 32), o “Filho de Deus” (v. 35). Em outras palavras, ele seria plenamente divino (Filho do Altíssimo).

A natureza divina em Jesus era eterna e infinita, enquanto a sua natureza humana era criada e finita, uma das questões que ponderamos é como estas duas naturezas podiam coexistir em uma única pessoa. Jesus podia ser plenamente divino e plenamente humano, ou seja, ao mesmo tempo onipotente, onisciente e onipresente – qualidades da natureza eterna e divina – enquanto tinha um poder humano limitado e finito, que crescia em sabedoria e entendimento, e uma habilidade restrita de estar em apenas um lugar por vez – qualidades da natureza humana, finita? Parece claro que algumas qualidades de sua natureza e eterna são incompatíveis com sua verdadeira e genuína natureza humana; por isso, seria impossível para ele viver realmente como um ser humano, se a vida humana fosse, também, uma vida em que ele exibiria qualidades totalmente divinas, como onipotência, onisciência e onipresença. Paulo expressa, em Filipenses 2.5,8 o *kenosis*, o autoesvaziamento, do Filho quando ele assumiu a natureza humana. Nesta passagem, Paulo escreve:

Tende em vós o mesmo sentimento de Cristo Jesus. Ele, estando na forma de Deus não usou de seu direito de ser tratado como um deus, mas se despojou, tomando a forma de escravo. Tornando-se semelhante aos homens e reconhecido em seu aspecto como um homem abaixou-se, tornando-se obediente até a morte, à morte de cruz (Fp. 2.5,8) - (BÍBLIA DE JERUSALÉM, 2002.)

Paulo deixa claro que Jesus Cristo, como o Filho eterno do Pai, é plenamente Deus.



### 2.3. A UNIPERSONALIDADE DE JESUS CRISTO

É particularmente notável a cena no mar da Galiléia, quando Jesus dormia na popa do barco, por cansaço, presume-se (Mt. 8.24). Mas ele foi capaz de acordar do sono e acalmar o vento e o mar com uma palavra (Mt 8.26-27)! Cansado, ainda que onipotente! Aqui a frágil natureza humana de Jesus escondeu por completo sua onipotência até ele irromper numa palavra soberana do Senhor do céu e da terra.

Se alguém perguntar se Jesus, enquanto dormia no barco, estava também “sustentando continuamente todas as coisas pela sua palavra de poder” (Hb 1.3. tradução do autor), e, se todas as coisas do universo estavam sendo sustentadas por ele naquela hora, a resposta correta deve ser assim, pois aquelas atividades sempre foram, e, sempre serão responsabilidade particular da segunda pessoa da Trindade, o Filho eterno de Deus. Os que consideram “inconcebível” a doutrina da encarnação, perguntam às vezes se Jesus, quando recém-nascido na manjedoura em Belém, estava também “sustentando o universo”. Jesus não era só potencialmente Deus ou alguém em quem Deus agia de maneira única, mas verdadeira e plenamente Deus, com todos os atributos de Deus.

Ele era “o Salvador, que é Cristo, o Senhor (Lc 2.11). Os que rejeitam isso, considerando-o impossível, simplesmente sustentam uma definição de “possível” diferente da de Deus, conforme revelada nas Escrituras. Dizer que não compreende isso é humildade adequada. No entanto, dizer que não é possível parece mais arrogância intelectual.

De modo semelhante, pode-se compreender que em sua natureza humana, Jesus morreu (Lc 23.46; 1Co 15.3). Porém, com respeito à sua natureza divina, ele não morreu, mas foi capaz de ressurgir dos mortos. É verdade que quando Jesus morreu, seu corpo físico morreu e sua alma (ou espírito) foi separada de seu corpo e passou à presença de Deus Pai no céu (Lc 23.43-46). Ele experimentou uma morte a que nós, crentes, experimentaremos, caso morramos antes da volta de Cristo. E não é correto dizer que a natureza divina de Jesus morreu ou poderia morrer, se “morrer” significa interrupção de atividade, interrupção de consciência ou diminuição de poder. Entretanto, pela união com a natureza humana de Jesus, sua natureza divina provou de alguma maneira o que deveria passar a morte.

A pessoa de Cristo experimentou a morte. Além disso, parece difícil compreender como só a natureza humana de Jesus podia ter sofrido a ira de Deus contra os pecados de

milhões de pessoas. Parece que, de alguma maneira, a natureza divina de Deus teve de participar do ato de sofrer a ira contra o pecado que nos cabia (ainda que as Escrituras não afirmem isso explicitamente em parte alguma). Assim, ainda que a natureza divina de Jesus não tenha morrido de fato, Jesus passou pela experiência da morte como pessoa inteira, e ambas as naturezas, humana e divina, participaram juntas dessa experiência. A Bíblia não nos permite dizer nada mais além disso.

A distinção entre as naturezas humana e divina de Jesus também nos ajuda a compreender as tentações de Jesus; Com respeito à sua natureza humana, ele certamente foi tentado de todas as maneiras como nós, mas sem pecar (Hb 4.15). Mas com respeito à sua natureza divina, ele não foi tentado, porque Deus não pode ser tentado pelo mal (Tg. 1.13).

Nesse ponto parece necessário dizer que Jesus tinha duas vontades distintas, uma vontade humana e uma divina, e que as vontades pertenciam a duas naturezas distintas de Cristo, não à pessoa.

Jesus pode dizer: “antes que Abraão existisse, EU SOU” (Jo 8.58). Ele não diz: “Antes que Abraão existisse, minha natureza humana existia”, porque ele é livre para falar de qualquer coisa feita só por sua natureza divina ou só por sua natureza humana como algo feito por ele.

Assim, “Cristo morreu pelos nossos pecados” (1Co 15.3). Mesmo que na realidade só seu corpo humano tenha deixado de viver e de funcionar, ainda assim foi Cristo como pessoa que morreu por nossos pecados. Isso é simplesmente um modo de afirmar que o que se possa dizer de uma natureza ou de outra pode ser dito da pessoa de Cristo.

Por isso é correto Jesus dizer “deixo o mundo” (Jo 16.28) ou “já não estou no mundo” (Jo 17.11), mas ao mesmo tempo dizer “estou convosco todos os dias” (Mt 28.20). Tudo o que é feito por uma ou outra natureza é feito pela pessoa de Cristo (GRUDEM, 1999, 462-464).

#### 2.4. AS OBRAS DE JESUS CRISTO – ENSINO E MILAGRES

A Escritura Sagrada leva-nos à unidade inseparável da Pessoa e a Obra de Cristo. Certamente, no Evangelho, trata-se de compreender a Obra de Cristo, mas simultaneamente, de conhecer sua Pessoa, de saber quem é Cristo. No célebre texto de Mt 16.18 “Também eu te digo que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei minha Igreja, e as portas do Hades nunca prevalecerão contra ela” .

A pergunta interessante, capital, versa sobre quem é Jesus, o Enviado do Pai, o Messias de Israel. Quem não possui este conhecimento não compreende sua Obra. Quem não sabe o mistério de sua Pessoa nada compreende de sua Obra. Quem não enxerga sua Obra sob a luz verdadeira, não pode compreendê-la. Só resta lugar para escândalo. Eis porque a Revelação lança luz tanto sobre a Pessoa como a Obra de Cristo. Observa que, o alcance da Obra de Cristo que, de per si, apenas nos permite inferir o que Jesus é; mas quando a Revelação nos ilumina, diremos que ele é o Filho do Deus Vivo e, por isso, faz as obras que ele faz.

A Revelação, pois, não se resolve numa abstração sobre a essência de Cristo, distinta da Obra de Cristo. Pedro, iluminado pela graça do Pai, vê em Jesus o Cristo, o Filho do Deus vivo, empenhado no seu trabalho messiânico. Não cabe oposição entre Pessoa e Obra: a Revelação ilumina uma e outra simultaneamente; nisto se baseia a unidade da Escritura, perceptível em todas as suas partes.

A pessoa de Cristo é que confere às suas Obras um valor eterno e universal. Não há a mínima esperança de se compreender satisfatoriamente a Obra de Cristo sem a Revelação e a percepção da ação de Deus em Jesus Cristo (BERKOUWER, 2011, p.70).

Culver (2012, p.564) afirma que as Sagradas Escrituras, enfoca-se bastante o fato de que Jesus foi destinado, de fato, predestinado, a realizar a sua obra morrendo pelos pecados dos homens. Jesus não falou muito sobre isso morrer, mas antes para morrer. Jesus deixou claro para o que veio: “[...] Desse modo, o Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida como resgate por muitos” (Mt 20.28).

Segundo Nichols (1996, p. 324), a questão teológica, a união hipostática descreve a união entre as naturezas humana e divina na Pessoa única de Jesus. No âmbito cristológico, entender adequadamente esta doutrina depende da completa compreensão de cada uma das duas naturezas e de como se constituem na única Pessoa.

Nesse aspecto, o ensino bíblico acerca da humanidade de Jesus revela nos que, na encarnação, Ele tornou-se plenamente humano em todas as áreas da vida, menos na prática de um eventual pecado.

Desse modo, a palavra “espírito” *pneuma* forçosamente indica o aspecto da existência humana que continua na eternidade, depois da morte. Este fato é muito importante, porque foi como ser humano que Jesus morreu. Como Deus Filho, Ele vive eternamente com o Pai. Na experiência que Jesus teve da morte, se refere uma das comprovações mais poderosas de que a sua humanidade foi completa. Ele era tão humano que sofreu a morte de um criminoso.

A princípio, o Jesus encarnado possuía também alma humana. Jesus era capaz de sentir em profundidade as emoções humanas. Entretanto, Ele sentia dor, tristeza, alegria e esperança. Assim acontecia porque Ele compartilhava conosco a realidade da alma humana. Ele possuía um corpo humano, igual ao nosso.

Partindo, então, da completa humanidade de Jesus é a sua participação na fraqueza humana. Embora fosse Deus, Ele humilhou-se a si mesmo, assumindo a forma humana. Segundo Leão I Flaviano de Constantinopla, que declara:

Este nascimento no tempo não diminuiu em nada o nascimento divino e terno, e a ele nada acrescentou. Seu significado inteiro concretizou-se na restauração da humanidade, que se havia desviado. Aconteceu a fim de que a morte fosse vencida e que o diabo, que antes exercia a soberania da morte, fosse destruído pelo seu poder, pois não poderíamos vencer o autor do pecado e da morte a não ser que aquele, a quem o pecado não podia manchar nem a morte podia agarrar, assumisse a nossa natureza e a tornasse sua própria. (NICHOLS, 1996, p. 328).

Dessa forma, a ênfase acima recai sobre a humanidade de Jesus, que tornou possível a derrota de Satanás, que Ele realmente levou a efeito na cruz. A morte somente poderia ser derrotada pela morte, a do Cordeiro perfeito.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

#### 3.1 OS PAIS DA IGREJA E A PESSOA DE CRISTO

Os pais ensinam que, na encarnação, o Logos tomou a natureza humana em sua inteireza, corpo e alma, tendo-Se tornado, dessa maneira, um homem real, o Deus-homem, embora Clemente não conseguisse evitar totalmente o docetismo. Dizia que Cristo comia, não porque precisasse de alimentos, porém apenas para que Sua humanidade fosse negada, além de ser incapaz das emoções de alegria e tristeza.

Orígenes quase não pôde manter a integridade da ideia das duas naturezas em Cristo. Houve diferentes exposições da obra de Cristo, que não foram devidamente integradas. Clemente alude à auto-rendição de Cristo como se fosse um resgate, mas não reforça a ideia que Ele foi propiciação pelo pecado da humanidade. Deu muito maior ênfase a Cristo como Legislador e Mestre, e também como o caminho para a imortalidade.

A redenção não consistiria tanto em desfazer o passado, e sim, de elevar o homem a um estado ainda mais alto do que o do homem antes da queda. O pensamento dominante de Orígenes é que Cristo foi um médico, um mestre, um legislador e um exemplo. Foi médico para pecadores, mestre para os que já foram purificados, legislador para Seu povo, exigindo a obediência a Deus e a fé em Cristo, e perfeito exemplo de vida virtuosa para Seus seguidores.

Em todas essas capacidades Cristo torna os pecadores, tanto quanto possível, participantes da natureza divina. Ao mesmo tempo, Orígenes reconhece o fato que a salvação dos crentes depende dos sofrimentos e da morte de Cristo. Cristo os livra do poder do diabo, e realiza isso enganando a Satanás. Oferece-Se a Satanás como um resgate, e Satanás aceita o resgate sem perceber que não pode subjugar a Cristo, o Impecável.

A morte de Cristo é apresentada como vicária, como uma oferta pelo pecado, e como uma expiação necessária. A influência remidora do Logos se estenderia desta vida. Não somente os que tivessem vivido sobre a terra e morrido, porém, igualmente, todos os espíritos caídos, inclusive Satanás e seus anjos maus, estariam sujeitos às influências remidoras. Haverá uma restauração de todas as coisas (BERKHOF, 1992, p. 67-68).

### 3.2 EMBATES TEOLÓGICOS SOBRE A PESSOA DE CRISTO: ATANÁSIO E ÁRIO

Nichols (1996, p. 316) afirma que a doutrina de Cristo tem sido submetida a mais tentativas heréticas de explicá-las do que qualquer outra doutrina do Cristianismo. O mistério declarado e subentendido no Novo Testamento, no tocante à encarnação de Deus Filho, parece atrair a si mesmo, como irmã, explicações as mais variadas dos diferentes aspectos dessa doutrina fundamental.

O arianismo, em início do século IV, um homem chamado Ário propunha com vigor os seus ensinamentos, e muitas pessoas acreditavam neles. Como descreve Nichols (1996, p. 317-318), seus ensinamentos talvez sejam melhor entendidos se listados em oito declarações que se encaixam logicamente.

1. A característica fundamental de Deus é a solidão. Ele existe sozinho.
2. Dois Poderes habitam em Deus: o Verbo e a Sabedoria.
3. A criação foi levada a efeito por uma substância independente, que Deus criou.
4. A existência do Filho é diferente da existência do Pai.
5. O Filho não é verdadeiramente Deus.
6. O Filho é uma criação perfeita do Pai.
7. A alma humana de Cristo foi substituída pelo Logos.
8. O Espírito Santo é uma terceira substância criada.

O âmago do problema dos ensinamentos de Ário era a sua insistência na ideia de ter sido o Filho criado pelo Pai. O Concílio de Nicéia debateu este assunto, e Atanásio defendeu com sucesso a posição ortodoxa. Embora a batalha doutrinária contra os arianos rugisse durante várias décadas, a cristologia de Niceia foi estabelecida e permanece até hoje um baluarte da ortodoxia.

O Docetismo. Os docetistas negavam a realidade da humanidade de Cristo, dizendo que seu sofrimento e sua morte foram aparentes. Erravam ao permitir que a filosofia gnóstica ditasse o significado dos dados bíblicos. Em última análise, o Cristo descrito pelos docetistas não poderia salvar ninguém, pois a sua morte, num corpo humano, era a condição prévia para destruir o domínio de Satanás sobre a humanidade (Hb 2.14).

O Ebionismo. A heresia ebionita desenvolveu-se de uma ramificação do cristianismo judaico, que tentava explicar Jesus Cristo conforme ideias judaicas

preconcebidas sobre a natureza de Deus. Para alguns desses cristãos primitivos, o monoteísmo significava que somente o Pai era Deus. E os fariseus ebionitas começaram a ensinar que Jesus era mero homem, gerado por José e Maria. Alguns ensinavam que Jesus foi feito Filho de Deus ao ser batizado por João Batista. Este ensino, chamado adocionismo, obviamente não concordava com as declarações de João e Paulo no tocante às origens de Cristo.

O Apolinarianismo. Apolinarianismo de Laodicéia viveu durante quase a totalidade do século IV, e por isso acompanhou em primeira mão a controvérsia ariana. Participou da refutação de Ário, e comungava com os pais ortodoxos dos seus dias, inclusive Atanásio. Nos seus anos de maturidade, dedicou-se à contemplação da Pessoa de Cristo, segundo a premissa filosófica de que dois seres perfeitos não podem se tornar um só.

Acreditava na definição da divindade de Cristo, de conformidade com o Credo de Nicéia, mas sustentava que Jesus, como Homem, teria espírito, alma e corpo. Acrescentar a essa Pessoa a divindade completa do Filho resultaria num ser de quatro partes – uma monstruosidade, segundo Apolinário. Para ele, a solução era esta: o Logos, representando a divindade total do Filho, substituiu o espírito humano no homem Jesus. Esta foi a maneira como Apolinário reuniu o divino e o humano em Jesus.

Para compreender a cristologia de Apolinário é necessário conhecer sua teoria sobre a natureza humana. Ele acreditava que o ser humano consistia de um corpo (o cadáver de carne), uma alma (o princípio vital, que animava) e um espírito (a mente e a vontade da pessoa). Segundo o ensino de Apolinário, a mente de Jesus era a divina, e não a humana. Mas seria este o Jesus apresentado no Novo Testamento? Como semelhante Cristo poderia passar por tentações genuínas? Os pais ortodoxos levaram essas perguntas a Apolinário. Quando este se recusou a mudar de posição, convocou-se o Concílio de Constantinopla, em 381 d.C., e os ensinamentos de Apolinário foram refutados. Tal discussão, sem dúvida, levanta uma importante questão a respeito de Jesus. Hebreus 2.14,17 diz:

Uma vez que os filhos têm em comum carne e sangue, por isso também ele participou da mesma condição, a fim de destruir pela morte o dominador da morte, isto é, o diabo. Convinha, por isso, que em tudo se tornasse semelhante aos irmãos, para ser, em relação a Deus, Sumo Sacerdote misericordioso e fiel, para expiar assim os pecados do povo (Hb. 2.14,17)

Aqui temos a declaração de que a humanidade de Jesus é igual à nossa. Ele tornou-se, de todas as maneiras, semelhante a nós. Inclusive (segundo parece) com a mente

humana, a fim de que pudesse ser levada a efeito a Expição. As implicações doutrinárias da heresia de Apolinário são uma ofensa à própria Expição.

O Monarquianismo. Entre as heresias no tocante a natureza da Trindade, que também interpretavam erroneamente a natureza de Cristo, conta o monarquianismo que, tanto na forma dinâmica quanto na modalística, era deficiente no conceito da Pessoa de Cristo.

O Nestorianismo. Os ensinamentos de Nestório eram populares em algumas regiões do mundo, no início do século V. A controvérsia começou quando Nestório considerou falha a doutrina da Igreja com respeito a Maria. Posto que o Concílio de Nicéia havia asseverado a plena divindade de Jesus, tornou-se necessário explicar a situação de Maria ao dar à luz o Messias. A Igreja, nos dias de Nestório, utilizava-se (e com razão) da terminologia *theotokos*, que significa “quem deu Deus à luz”, para descrever Maria. Nestório reagiu a essa terminologia, e ensinava que Maria devia ser chamada *christotokos*, que significa “quem deu Cristo à luz”.

Sustinha que somente Jesus deveria ser chamado *theotokos* no sentido de “quem leva Deus em si”. Essa terminologia era importante para Nestório, porque desejava apresentar Jesus como o homem que trazia Deus em si mesmo. Nestório ensinava que o Logos, como Deidade completa, habitava no Jesus humano de modo semelhante ao que o Espírito Santo habita no crente. Dessa maneira, Nestório mantinha certa distância lógica entre a humanidade e a divindade. O que as mantinha ligadas era um elo moral fornecido (segundo Nestório) pela perfeição de Jesus.

Os ensinamentos de Nestório foram examinados e rejeitados pelo Concílio de Éfeso, que se reuniu em 431 d.C. O concílio definiu que a doutrina a respeito de homem que trazia Deus em si mesmo forçava uma cunha de separação entre a natureza divina e a humana, que o elo moral não poderia ligar suficientemente. Em última análise, Nestório reduziu o valor da natureza divina mediante a negação da união pessoal entre as naturezas.

O Eutiquianismo. Os ensinamentos de Eutíquio eram populares em algumas regiões, na primeira metade do século V. O eutiquianismo começou com a asseveração de que o corpo de Jesus não era idêntico ao nosso, fora especialmente criado para a missão que veio cumprir. Essa teoria criou a possibilidade (segundo Eutíquio) de combinar os aspectos humano e divino entre si, para criar uma só natureza ao invés de duas.

Por isso, na encarnação, Jesus era uma só Pessoa com uma só natureza, uma humanidade deificada, diferente de qualquer outra humanidade. Esse ensino foi examinado pelo Concílio de Calcedônia (451 d.C.). Sem demora, reconheceram que a



natureza humana de Cristo era a questão principal em jogo. O concílio utilizou-se da terminologia criada em Niceia de que Cristo era *homoousia hêmin*, que significa ter tido Ele, na sua humanidade, a mesma existência ou essência que nós.

A defesa da humanidade de Cristo, ao lado de uma afirmação igualmente clara sobre a sua divindade, indica que os membros do concílio estavam dispostos a manter as tensões e o paradoxo da revelação bíblica. E, realmente, a cristologia de Calcedônia tem-se mantido no Cristianismo como o baluarte da ortodoxia nestes últimos 15 séculos. (NICHOLS, 1996, p. 321)

### 3.3 ANÁLISE DOS CREDOS E A PESSOA DE CRISTO

O Credo de Antioquia. Tendo conhecimento das preposições de Ário na carta que ele enviou a Alexandre, os pais de Antioquia, na Carta do Sínodo de Antioquia, esboçaram a sua crença da seguinte maneira: “A fé para crer num Deus, Pai todo-soberano, incompreensível, imutável, provedor e guia de tudo, justo, bom, criador do céu e da terra e de tudo o que está neles, Senhor da Lei e dos Profetas e do Novo Pacto; e em um só Senhor Jesus, Filho unigênito, não gerado do nada, mas do Pai, não feito, mas propriamente como uma geração, gerado indescritível e inefavelmente, porque somente o Pai que gerou e o Filho que foi gerado conhecem (porque ninguém conhece o Pai senão o Filho, e ninguém conhece o Filho senão o Pai), que existe eternamente e não houve tempo que não tenha existido.

O Credo de Nicéia. Esboça a sua crença da seguinte maneira: Cremos em um só Deus, Pai onipotente, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis; E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, gerado pelo Pai, unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de luz, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado e não feito, de uma só substância com o Pai, pelo qual foram feitas todas as coisas, as que estão no céu e as que estão na terra; o qual, por nós homens, e sofreu e ressuscitou ao terceiro dia, subiu ao céu e novamente deve vir para julgar os vivos e os mortos; E no Espírito Santo.

O Credo de Nicéia foi recebido e assinado pela maioria dos bispos presentes, embora vários deles tenham assinado com certa hesitação, especialmente os membros de uma das partes divididas do partido de Eusébio de Cesareia que tinham simpatia maior pelos arianos. Quando a votação encerrou, Ário e os seus amigos foram anatematizados juntamente com dois bispos que se recusaram a aceitar o Credo. O Credo de Calcedônia

fala da divindade do Redentor, ele acrescenta: “o mesmo perfeito com respeito à divindade”. A quem estavam eles combatendo com essa frase? Certamente o arianismo ainda vigente no seu tempo, pois ele não morreu com Niceia (325) nem Constantinopla (381). Os arianos ensinavam uma espécie de divindade adotada, uma divindade que não era ontológica, perfeita. [...] “Não havia nada em Jesus Cristo que não indicasse a perfeição de sua divindade. Todos os atributos da divindade lhe pertenciam como pertenciam ao Pai” (CAMPOS, 2014, p.151-163).

### 3.4. ANÁLISE DOS CONCÍLIOS E A PESSOA DE CRISTO

O ano 325 figura na História da Igreja como o mais decisivo na expressão da Cristologia. Marcou a vitória sobre um dos mais graves ataques feitos à genuinidade da fé. Não se confundam, entretanto, as decisões conciliares de Niceia com o famoso Símbolo de Niceia (*Nicaenum*) que é um dos três símbolos clássicos do Cristianismo, pois aquela data da segunda metade do século IV, sendo redigido parcialmente em Constantinopla.

Na escola de Luciano de Antioquia é que se encontra as raízes remotas do Arianismo. Harnack qualifica a Luciano de *Arius ante Arium*. Luciano baseava-se na Cristologia adocianista de Paulo de Samosata, o qual ensinava que o homem Cristo fora adotado por Deus. Definitivamente influenciado por Luciano, Ário entrou em conflito com a Igreja, desligando-se dela para sempre no Concílio de Niceia.

Em sua base profunda este rompimento referia-se propriamente à Divindade de Cristo, terminantemente negada por Ário como se constou da leitura dos escritos do heresiarca na assembleia conciliar. Reinava então a convicção de que, vistas a eternidade e unicidade de Deus, não cabia falar de seres criados consubstanciais a Deus, mas apenas de seres criados ao lado e sob a dependência de Deus.

Ário aplicou o princípio a Jesus Cristo, negando, portanto, ser o mesmo coeterno e consubstancial ao Pai, declarando ser ele apenas criatura. Escrevendo a Eusébio de Nicomedia, Ário se lamenta: “Somos perseguidos porque afirmamos que o Filho tem uma origem enquanto que Deus não tem começo”. O Pai não foi Pai desde o princípio; houve época em que o Filho não era ainda criado. “Deus só se tornou Pai com a criação de seu Filho”. Este Filho, porém, não se origina da substância do Pai, mas somente da sua vontade. Portanto, ele não é verdadeiro Deus, mas uma criatura decerto maravilhosamente perfeita e excepcionalmente relacionada a Deus.

Ário obstina-se contra qualquer forma de emanção e rejeita qualquer expressão do tipo “Luz da Luz” aplicada a Cristo. Devido à sua relação privilegiada com Deus, Cristo merece o nome de Filho de Deus, sem que isto acarrete o fato de que seja Deus segundo a natureza divina. Ário opta, pois, por uma Cristologia subordinada em nome do Monoteísmo, que não consente outro Deus ao lado do único Deus verdadeiro.

Depois de muitas discussões, os Padres concordaram na seguinte fórmula: “Cremos em um único Senhor, Jesus Cristo, unigênito Filho de Deus, consubstancial ao Pai, Luz da Luz, gerado, não feito, da mesma natureza do Pai”. Condenaram a opinião dos que afirmavam que houve um tempo que o Filho ainda não era. O mais importante, porém, foi a palavra técnica *homoousios* (consubstancial) imposta pela definição, pois, nesta palavra evidentemente anti ariana, o Concílio definia sua própria definição.

No Concílio de Constantinopla (381), a Igreja proclamou a perfeição da humanidade de Cristo e condenou o Apolinário. Mesmo antes do concílio, os grandes capadóciolos, Gregório de Nissa, Gregório Nazianzeno e Basílio, repudiaram a doutrina de Apolinário, hostil à natureza humana genuína e autêntica de Cristo.

A Igreja sempre rejeitou qualquer diminuição da humanidade de Cristo. A posteridade, porém, julga diversamente de Apolinária, o campeão da definição nicena. Harnack demonstra admiração por ele, sem deixar de ver em sua doutrina as raízes do futura Monofisismo. Harnack reconhece, aliás, que, defendendo a humanidade genuína de Cristo, a Igreja prestava grande serviço às gerações ulteriores.

De fato, a mesma Igreja que pouco antes condenou as inimigas da Divindade de Cristo, travou uma luta não menos árdua em favor de sua humanidade: a natureza Divina não absorveu a natureza humana.

O concílio de Calcedônia pronunciou-se não só contra a separação como contra fusão. Esta decisão foi vantajosamente preparada pela famosa carta de Leão I ao bispo Flaviano (449) especificando a diferença das duas naturezas, dando lugar a repetidas dúvidas de Nestorianismo.

O concílio de Calcedônia (451), no entanto, decidiu que era preciso rejeitar tanto a separação como a fusão das naturezas em Cristo. Condenando as heresias, definiu que Jesus Cristo é “verdadeiro Deus e verdadeiro homem: segundo a Divindade, consubstancial ao Pai; segundo a humanidade, consubstancial a nós”.

Quanto à relação entre ambas as naturezas, definiu que elas estão unidas “sem mistura, sem modificação, sem divisão e sem separação”, conservando cada qual, na

união, a sua própria especificidade. Houve frequentes críticas a este caráter negativo da definição conciliar. Harnack julga as conclusões de Calcedônia “negativas e insípidas”.

Tal opinião implica desprezo pela luta da Igreja no século V. A melhor atitude cabível, na situação concreta criada por Nestório e Eutiques, era rejeitar suas doutrinas que desvalorizavam a *unio personalis* de Deus e homem em Cristo (BERKOUWER, 2011, p. 42-48).

## 4 DESENVOLVIMENTO E RESULTADO DA ANÁLISE

### 4.1 AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO: ANÁLISE DE FORTALECIMENTO OU ENFRAQUECIMENTO DOCTRINÁRIO NA PATRÍSTICA

Segundo Alister (2010, p. 414-416), a controvérsia Ariana permanece um marco no desenvolvimento da cristologia clássica e, portanto, exige uma discussão mais extensa do que a dispensada aos temas anteriores do período patrístico. Certos aspectos históricos da controvérsia permanecem obscuros e, provavelmente, permanecerão dessa maneira, apesar de grandes esforços de historiadores para esclarecê-los. O que preocupa aqui são os aspectos teológicos do debate, que são relativamente bem entendidos. Entretanto, deve-se destacar que conhecer as expectativas de Ário, sobretudo na forma pela qual elas foram mediadas por seus oponentes, o que levanta questionamentos a respeito de potenciais preconceitos existentes nessa apresentação. Ário enfatiza a autossubsistência de Deus. Deus é a única fonte de toda a criação; nada existe que basicamente não seja derivado de Deus.

Atanásio, crítico de Ário, em sua obra *Against the Arians* [Contra os arianos], retrata-o como responsável pelas seguintes afirmações em relação a esta questão: Deus nem sempre foi Deus Pai. Houve um tempo em que Deus estava só e não era ainda Deus Pai. Somente mais tarde ele tornou-se Deus Pai. O Filho nem sempre existiu. Todas as coisas foram criadas do nada... assim o Logos de Deus veio a existir do nada. Houve um tempo em que ele não era. Antes de ele vir a ser, ele não existia. Sua existência também teve um início.

Essas declarações são extremamente importante e trazem-nos ao cerne do arianismo. Os pontos a seguir são especialmente significativos. O Pai é considerado como aquele que existia antes do Filho. “Houve um tempo em que ele não era”. Esta afirmação decisiva situa o Pai e o Filho em posições diferentes, sendo consistente com a rigorosa insistência de Ário de que o Filho é uma criatura. Apenas o Pai “não foi gerado”; o Filho como todas as outras criaturas, deriva-se dessa única fonte de existência.

Atanásio, desse modo, argumenta que Ário parece culpado de tornar o modo de orar e de adorar dos cristãos em algo sem sentido. Ele argumenta ainda, que os cristãos estavam corretos ao adorar Jesus Cristo, porque ao fazê-lo, eles o reconheciam por aquilo que ele era: o Deus encarnado. A controvérsia ariana teve de ser resolvida de alguma maneira, para que a paz fosse estabelecida no interior da igreja.

#### 4.2 ORTODOXIA CRISTOLÓGICA: OS MALEFÍCIOS DO GNOSTICISMO E DO DOCETISMO

O nome Gnosticismo tem sido aplicado a uma variedade de escolas que tinham pouca coisa em comum, exceto a suposição de um conhecimento mais elevado do que o dos crentes comuns... Eles raramente pretenderam demonstrar os princípios sobre os quais os seus sistemas foram encontrados por evidência histórica ou raciocínios lógicos, visto que eles antes se jactavam de que estes foram descobertos pelos poderes intuitivos das mentes mais altamente capacitadas, e que os materiais assim obtidos, seja por meio da fé ou da revelação divina, foram desenvolvidos de forma acientífica de acordo com o poder natural e a cultura de cada um.

Sua alegação era construir não meramente uma teoria da redenção, mas do universo – uma cosmogonia. Nenhum assunto estava além das suas investigações. O que quer que Deus pudesse revelar ao intelecto finito, eles consideravam como dentro da sua esfera. O que os outros parecia somente ideias especulativas, foram hipostatizadas ou personificadas por eles em coisas reais ou fatos históricos. Foi deste modo que eles construíram sistemas de especulação sobre matérias que estavam além da esfera do conhecimento humano, que nos surpreendem por sua intrepidez em sua aparente consciência da realidade.

Os gnósticos aceitaram o dualismo grego que considerava a matéria como inerentemente má e oposta ao espírito. Logo, o corpo humano tinha conotações más, porque é matéria. “A carne é necessária e irremediavelmente má, e somente após ser libertado dela um homem pode obter a vida do espírito”. Portanto, Jesus Cristo não poderia, de forma alguma, ser homem, ou possuir um corpo físico.

A função de Cristo era a de vir como emissário do Deus supremo trazendo a *gnosis*, que é o conhecimento. Os gnósticos estavam interessados na salvação, mas a sua salvação não tem nada a ver com o que cremos historicamente. Como um ser divino, Cristo não assumiu o corpo humano, nem morreu, mas temporariamente habitou num ser humano, Jesus, ou assumiu aparência humana, uma espécie de fantasma, com aparência de homem. A morte física de Jesus não tem importância alguma na sua teologia, porque o físico não era de nenhum proveito, porque estava vinculado à matéria.

O gnosticismo se dividiu em várias seitas, com diferentes ideias sobre Cristo, mas todas elas negaram, de alguma forma, a plena humanidade de Jesus Cristo, negando a sua real encarnação. Dessa forma manifestaram sua tendência altamente docética.

O nome docetai (*gr. Docketai*) é derivado de *dokesi*, “aparência” ou “semelhança”. Aplicando o conceito dessa palavra a Jesus Cristo, os docetistas ensinavam que ele tinha apenas a aparência de um homem. Embora alguns tenham negado a verdadeira humanidade de Cristo, outros apenas negaram a real corporeidade dele em virtude do conceito filosófico grego de que as coisas materiais são más. Portanto, Cristo não poderia ter tido um corpo físico real.

Todos os docetistas compõem um grupo de pessoas com especulações que algumas vezes bizarras, na tentativa de uma recusa em aceitar que Deus pudesse, em qualquer sentido real, tornar-se homem. Uma tendência docética não precisa ser uma negação total da humanidade de Jesus Cristo, mas é docetismo qualquer tentativa de negar a plenitude da sua humanidade.

A divindade de Jesus Cristo é uma das coisas mais defendidas pelos cristãos genuínos, porque é de extrema importância que ele seja realmente o nosso Salvador. Às vezes alguns desses cristãos genuínos defenderam tanto a sua divindade que, sem perceber, acabaram caindo na heresia do docetismo.

Dando margem à negação da verdadeira e plena humanidade do Redentor, em virtude de pensarem que a humanidade pode dar-lhe alguma conotação má, já que a matéria (que é parte da humanidade de Jesus Cristo) poderia dar-lhe uma qualidade inferior. Segundo o ensino geral das Escrituras, a humanidade de Jesus Cristo é tão importante quanto a sua divindade, para que ele fosse o nosso Redentor.

Realmente, o docetismo é um perigo em que alguns crentes desatentos acabarão caindo, se não prestarem a devida atenção ao equilíbrio perfeito que deve existir na consideração das duas naturezas do único Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem.

O motivo teológico dominante do movimento docético é a não aceitação da real união pessoal entre o que é divino e o que é humano. Para os docéticos, é impossível uma real união entre a natureza divina do Filho de Deus e a natureza humana. Por essa razão, todos os cristãos de tendência docética creem que a natureza humana de Cristo é apenas aparente, não real. Daí o nome docetismo, que é a crença nalguma coisa aparente, numa natureza que se parece humana, tem aparência humana, mas que realmente não é humana (CAMPOS, 2014, p. 347-351).

### 4.3 UNIÃO ENTRE ESTADO E IGREJA: O CASAMENTO ENFRAQUECEU OS ALICERCES DOUTRINÁRIOS QUE INCLUI A DOUTRINA DE CRISTO?

As diversas indicações nas Escrituras de que a igreja nunca deve fazer uso da espada para levar a efeito os seus propósitos na era da nova aliança. Esse foi um erro terrível cometido nas Cruzadas, quando os exércitos sustentados pela igreja marcharam pela Europa e Ásia para tentar reconquistar a terra de Israel. Nesses casos a igreja estava tentando usar a força física para conquistar vitórias em territórios deste mundo.

Todavia Jesus respondeu: “Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido” (Jo 18.36 Bíblia de Jerusalém). A igreja tem o poder das chaves, que é o poder espiritual. Isso significa travar batalhas espirituais com armas espirituais, mas não usar o poder da espada para alcançar seus propósitos. “Na verdade, as armas com que combatemos não são carnis” (2Co 10.4). Certamente Deus concede ao governo civil direito de portar a espada, ou seja, usar da força para punir o mal nesse mundo (Rm 13.1-7). Mas não há nenhuma indicação de que o poder do governo deve ser usado para forçar alguém a aderir ao cristianismo. Além disso, há diversas indicações de que Jesus recusou-se a usar o poder da força para obrigar o povo a aceitar o evangelho.

Jesus fez uma clara distinção entre a autoridade dada ao governo e a que Deus exerce em nossa relação de fidelidade devida a ele, quando disse: “Dai, pois, o que é de César a César, e o que é de Deus, a Deus” (Mt 22.21). E embora Jesus reconhecesse a autoridade do governo civil, ele se recusou a usurpar tal autoridade, dizendo a alguém: “Homem, quem me estabeleceu juiz ou árbitro da vossa partilha?”, com respeito a uma disputa de herança de família (Lc 12.13-14). Outra razão por que o governo não deve usar força para exigir lealdade ao cristianismo é que, na nova aliança, ser membro da igreja leal a Cristo precisa ser algo voluntário. Não se pode ser obrigado pela família ou pelo Estado.

Conforme descrito por Grudem,

É correto que os cristãos procurem convencer os governos a promulgar leis que protejam a família, a propriedade privada e a vida humana – leis que condenem e punam homicídio, adultério e roubo. Isso é muito diferente de exigir que se creia em algumas doutrinas ou convicções teológicas da igreja e de exigir que o povo frequente determinadas igrejas ou cultos religiosos. Tais cultos são atividades claramente “religiosas” no sentido estrito de que dizem respeito ao nosso relacionamento com Deus e com nossas crenças a respeito dele. Os governos não devem estabelecer leis a respeito dessas coisas (GRUDEM, 1999, p.748-750).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo procurei estabelecer a importância doutrinária de Cristo, nos primeiros séculos, nas Sagradas Escrituras e história; examinei as duas naturezas de Jesus Cristo, divina e humana, o Verbo que se fez carne; a Sua Unipersonalidade, a pessoa de Cristo que experimentou a morte; as obras de Jesus Cristo, ensino e milagres, o Filho do Deus vivo, empenhado no trabalho messiânico.

No segundo capítulo apresentei os pais da igreja e a pessoa de Cristo, o Logos que tomou forma humana, o Deus-homem; desenvolvi os embates teológicos sobre a pessoa de Cristo, Atanásio e Ário, onde ocorreu diversas tentativas heréticas, no tocante à encarnação de Deus Filho; todavia, analisei os credos e os concílios sobre a pessoa de Cristo.

No terceiro capítulo enfatizei o fortalecimento e enfraquecimento doutrinário na Patrística, a controvérsia Ariana no desenvolvimento cristológico e a crítica de Atanásio à Ário, onde esclarece, que os cristãos estavam corretos ao adorar Jesus, porque eles reconheciam por aquilo que Ele era, o Deus encarnado. O pensamento ariano teve de ser resolvido, para que houvesse paz no interior da igreja.

A fim de esclarecer, a terceira parte, os malefícios do Gnosticismo e Docetismo, em relação a Ortodoxia cristológica; a união entre estado e igreja, em resposta à pergunta “o casamento enfraqueceu os alicerces doutrinário, que inclui a doutrina de Cristo? ” Todavia Jesus afirmou: “Meu Reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido” (Jo 18.36 Bíblia de Jerusalém).

## REFERÊNCIAS

- ALISTER, E. MCGraith. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã.** São Paulo: Shedd, 2010.
- BÍBLIA. Português. 2002. Bíblia de Jerusalém. **A Bíblia de Jerusalém.** Nova ed. rev. ampl. 10. reimp. São Paulo: Paulus, 2002. 2212 p. ISBN 978-85-349-1977-7.
- BERKHOF, Louis. **A história das doutrinas cristãs.** São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1992.
- BERKOUWER, G. C. **A pessoa de Cristo.** São Paulo: Aste, 2011.
- CAIRNS, EARLE E. **O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja Cristã.** São Paulo: Vida Nova, 2004, 672 p.
- CAMPENHAUSEN, Hans von. **Os pais da igreja.** Tradução: Degmar Ribas Júnior. Rio de Janeiro, CPAD, 1998.
- CARLOS, Heber de Campos. **A pessoa de Cristo: as duas naturezas do redentor.** São Paulo: Cultura Cristã, 2014. 544 p.
- CULVER, Robert, Duncan. **Teologia sistemática bíblica e histórica.** São Paulo: Shedd Publicações, 2012.
- GRUDEM, Wayne A. **Teologia sistemática.** São Paulo: Vida Nova, 1999.
- NICHOLS, David R. O senhor Jesus Cristo. *In:* HORTON, Stanley M. (ed.) **Teologia sistemática: uma perspectiva pentecostal.** Tradução: Gordon Chown. Rio de Janeiro: CPAD, 1996. cap. 9, p. 301-334.
- SOARES, Esequias. **Cristologia: a doutrina de Jesus Cristo.** São Paulo: Hagnos, 2008.
- WARE, Bruce. **Cristo Jesus homem: reflexões teológicas sobre a humanidade de Cristo.** São Paulo: Editora Fiel, 2013.